

---

## RESENHAS

---

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996. 217p.

A mais nova obra do prof. José Graziano representa a reunião de seis textos divulgados, individualmente, entre 1987 e 1993, acompanhados de notas de aulas em forma de anexo. Se esta obra não representa, de fato, novidade quanto a conteúdo, então permite apreciar tópicos centrais da discussão sobre a agricultura brasileira atual, de forma unificada.

Considerando a similaridade temática, os seis capítulos poderiam ser agrupados, para fins de comentários, em três grupos: o primeiro, que trata dos complexos agro-industriais (Caps. 1 e 3); o segundo, que lida com as políticas agrícolas (Caps. 2 e 4) e o terceiro, tratando das transformações sofridas pela agricultura brasileira (Caps. 5 e 6).

Relativamente ao primeiro grupo, pode-se dizer que o livro, ao cobrir um vasto espectro da discussão de “agribusiness”, agroindústria, cadeias, “filières” e complexos dá conta de como o tema já foi amplamente tratado pela literatura. Para o caso particular do Brasil é possível apreender a passagem do “complexo rural” ao “complexo agroindustrial” e a eventual emergência de um “padrão biotecnológico”, ao que tudo indica acompanhando a dominância das distintas frações do capital: comercial, industrial e financeiro sobre o aparato produtivo. Do ponto de vista da Economia, a sensação é que as distintas abordagens parecem prestes a se esgotar como objeto de novas teorizações. Isso porque as abordagens sobre CAI são essencialmente descritivas e lidam, em certa medida, com critérios de delimitação de complexos específicos e do complexo em geral, a ponto de o próprio Autor constatar que “sobram ensaios ... nessa complexa tarefa de identificar (grifo meu) complexos na economia brasileira” (p.106). O caráter institucionalizante das investigações confere-lhe um perfil mais político e sociológico do que econômico. A propósito, o conceito de neocorporativismo (p.96-7) reflete esta orientação ao se socorrer dos termos “processo sócio-político”, “interesses funcionais” e “trocas com agências governamentais.”

O segundo bloco configura-se como uma abordagem conjuntural panorâmica da ação do Estado, por meio das políticas agrícolas, dirigida à

consolidação dos complexos agroindustriais. Conquanto reúna elementos diversos para explicar os acontecimentos mais importantes da década “perversa” e não “perdida”, a impressão é que o caráter neoliberal da intervenção estatal ficou relativamente colocado em segundo plano. Na data em que o primeiro dos textos foi escrito – 1988 – o grau de neoliberalismo no Brasil, conquanto admitido explicitamente no texto, ainda não configurava, aos olhos do Autor, orientação dominante.

Mesmo ao tratar da política agrícola do governo Collor, o Autor inclina-se a reduzir a importância do liberalismo, pois afirma que: “Em 1990, a retórica utilizada (...) era de ordem liberal (...) Na verdade, a restrição era outra: faltava caixa...” (p.139). Neste mesmo diapasão, mais à frente, a política agrícola anunciada no primeiro ano do governo Collor era “...menos que uma opção ideológica pelo mercado, foi previda pela crise fiscal do Estado brasileiro.” (p.141). Por isso mesmo, as transformações decorrentes da neoliberalização e de seus instrumentos particulares, o Mercosul, o GATT e o desmonte da máquina pública, ocupam pequeno espaço na argumentação, inclusive no segundo artigo deste bloco, datado de 1993. Outro indicador desta posição é o aspeamento sistemático da expressão ‘política liberal’ (p.139 e 142).

A segunda observação volta-se para a perspectiva de o Autor aceitar ou propor a idéia de que, na era dos complexos agroindustriais, o impulso do Estado é o de formular políticas específicas para cada complexo agro-industrial (p.46, duas vezes, e p.170). Para o Brasil, isso faz (re)lembrar a volta da “política dos institutos” sob nova roupagem. Embora plausível no plano formal, distancia-se da realidade. Parece correta a idéia de haver crescente afastamento do Estado das negociações com representações classistas nos moldes antigos, assim como não se questiona a continuidade da intervenção estatal no neoliberalismo, mas daí supor a geração de políticas segundo complexos é um salto muito abrupto. Que isso aconteça aqui e acolá, por falta da consolidação de uma “nova prática”, é até razoável, mas não que seja o modelo predominante. Espera-se que uma nova realidade refunde posturas e argumentos que estão, ainda, por emergir de forma completa. Sem emitir opinião de mérito e visando apenas a desvelar parte do “modelo” que a análise do Autor não revela (ou não aceita), lembra-se que a infra-estrutura adequada a uma base técnica aprofundada na agricultura, no texto figurando como de responsabilidade do Estado, aparece no presente (em especial os exemplos catalogados no livro: telecomunicações, transportes e portos, na p.148) arrolada na agenda da privatização,

seja por venda de ativos seja por concessão na exploração. O ponto fulcral deste tipo de discussão parece estar na identificação de um “novo” Estado, correspondente a “novas” demandas do complexo agroindustrial.

Aproveitando a imagem da “tesoura” fornecida pelo Autor para outro contexto, pergunta-se: “novo padrão de desenvolvimento intensivo da nossa agropecuária” (p.148) e “reforma agrária que garanta pelo menos casa e comida à população” (p.152) seriam ‘lâminas’ de uma só tesoura? Conquanto uma e outra possam ser consideradas “progressistas” (a referência específica do Autor é a esta última), sua simultaneidade aparece menos como falha de perspectiva teórica e metodológica do prof. Graziano da Silva e mais como indicação de ambigüidade na agricultura brasileira, o que está a requerer novos instrumentos de análise e compreensão, ainda não cristalizados.

Na explicação da relação alocativa de recursos públicos entre crédito rural e política de preços mínimos, as três referências encontradas no texto não são inteiramente coerentes entre si. A primeira delas apela à “tesoura de preços”, as outras duas não, conforme se pode ler a seguir:

- a) “É por essa razão (‘tesoura de preços’, de Guimarães), e não apenas pelas dificuldades de manter os incentivos creditícios que a política de preços mínimos ganhou importância nos anos 80.” (p.54);
- b) “... os preços mínimos foram ganhando destaque com o objetivo claro de compensar o papel declinante do crédito rural.” (p 113);
- c) ‘... a operação da nova política agrícola (...) combinava crédito rural sem subsídios com preços mínimos compensadores.’ (p 117).

Do terceiro bloco, elemento que chama a atenção é o dinamismo do emprego não agropecuário no meio rural, que dá o mote ao Autor de tratá-lo como a “urbanização da agricultura”. Assim, enquanto a PEA agropecuária residente na zona rural cresceu à taxa anual de 0,7% entre 1981 e 1990, a PEA não agropecuária (pode-se dizer, rural) cresceu, no mesmo período, a mais de 6%.

Neste mesmo bloco, há alguns tópicos suscetíveis de questionamento. O primeiro deles refere-se ao problema da fome: contingente de 32 milhões de brasileiros famélicos (IPEA, p.157), dado recentemente corrigido para a metade ou algo próximo; problema da fome estar no “desencontro geográfico entre os produtos e as famílias pobres” (IPEA, p.158), como se distância geográfica pudesse desempenhar papel crucial na explicação do

#### Resenha

fenômeno; e a constatação de o Brasil ser o sexto pior país em pobreza rural entre 114 países (FIDA, p.184); a crise é séria, os problemas são graves, mas não é generalizada a imagem de um povo inteiramente faminto. A esse respeito, os indicadores de desenvolvimento humano da ONU mostram um quadro bastante matizado do País, sendo pioneiro em romper o paradigma dos “dois brasis”, já que nele ficam cristalizados três brasis. O segundo é a afirmativa de que os “pequenos municípios vêm se convertendo cada vez mais em apenas um estágio intermediário para as migrações em direção aos centros populacionais maiores” (p.176), quando o fluxo migratório inverteu-se.

Por fim, obras como esta apresentam dificuldades específicas que fogem à competência e à seriedade do prof. José Graziano. Cada um de seus temas, merecedores de tratamento em livros individuais, acabam, quando comprimidos em capítulos, sofrendo de insuficiências contingentes. A outra diz respeito à recenticidade e à incompletude das transformações na agricultura, o que dificulta a emergência de novos “approaches” (enfoques). O ambiente tumultuário que se formou entre tantos planos de estabilização, a decantação de novas tendências é instável e dificulta a apreensão das novas tendências. Novos elementos como a privatização da comercialização do trigo, a Lei Agrícola de 1991, a liberalização do comércio externo da agricultura brasileira por força de empréstimo do BIRD, os impactos da Constituição Federal, as negociações do GATT que levaram à OMC e a emergência do meio ambiente como tópico condicionante da formulação de políticas tornam-se fundamentais para sustentar novos argumentos. Nem por isso o livro é menos valioso. Conserva valor intrínseco pelo registro que faz das grandes transformações da agricultura, da ação estatal e do próprio País nos últimos anos e por propor explicações globalizantes, embora polêmicas, sobre tais transformações, o que o torna importante para balizar discussões de aprofundamento sobre a agricultura.

Mauro Márcio Oliveira

Economista

E-mail: [mauromarcio@tba.com.br](mailto:mauromarcio@tba.com.br)